

As novas normas do anormal

Mariana Toledo

Resenha de Dailza Pineda e Luís Fernando de Oliveira Saraiva (org.), *Clínica e (a) normalidade: interpelações pandêmicas*, São Paulo, Blucher, 2022, 260 p.

A pandemia da covid-19, que nos tomou de assalto e virou o planeta do avesso em todos os aspectos, surgiu, de início, como uma ameaça distante, de terras longínquas, mas logo foi se aproximando mais e mais de solo verde e amarelo, tendo seu ponto de virada no fatídico 11 de março de 2020, quando a pandemia foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (oms).

Profissionais *psi* de todo o país se depararam com uma situação inédita para sua geração: a calamidade que os atravessava, com enorme potencial traumático, também os demandava profundamente em sua prática, seja ela da clínica individual ou ampliada. Muitos paradigmas – sobretudo do atendimento clínico, mas não só – foram questionados, ou inevitavelmente rompidos, com o advento do cenário pandêmico. Não havia como ser diferente.

É dessa pluralidade de complexas experiências de uma catástrofe comum que *Clínica e (a)normalidade: interpelações pandêmicas*, organizado por Dailza Pineda e Luís Fernando de Oliveira Saraiva, pretende tratar. Através de vozes também plurais que, a cada capítulo, tecem uma dialética própria, sendo a obra encabeçada por autores que atuam a partir de diferentes perspectivas do guarda-chuva *psi*. Ao contrário do que possa parecer, o resultado

não é dissonante: as lacunas deixadas pelas interpelações de um autor ou autora são preenchidas por outro de forma a instigar uma reflexão multifacetada, em uma complementaridade não intencional – mas, supõe-se, cuidadosamente curada pelos organizadores – que torna o debate rico e proporciona ao leitor um amplo prisma sob o qual poderá refletir e elaborar suas próprias questões e inquietações decorrentes do cenário atual.

A leitura se inaugura com uma apresentação dos organizadores com um título provocador: “Que isto não passe” (p.8). Nela, sublinham os efeitos psíquicos generalizados da crise pandêmica, bem como a necessidade de articulá-los “a contextos e realidades regionais, sociais, políticas e econômicas distintas” (p. 8), dando notícias do desafio a que se propõe o conjunto de ensaios que compõem o livro, cujos objetivos norteadores incluem “produzir encontros para que pudéssemos criar sentidos e narrativas para o que vínhamos (e continuamos) vivendo, pessoal e profissionalmente” (p. 10) e “analisar os desafios na construção de cuidados em saúde mental adequados à realidade brasileira” (p. 11) – realidade esta, que, bem sabemos, foi atropelada por um contexto sociopolítico que colocou o Brasil entre os países com o maior número de mortes por covid-19 no mundo.

Daniel Kupermann nos lembra a dimensão ambivalente das catástrofes, mais precisamente aquela ancorada na teoria do psicanalista húngaro Sándor Ferenczi – contemporâneo de Freud e, na definição do próprio Kupermann¹, um de seus maiores interlocutores. Tal ambivalência diria respeito ao paradoxo destruição/criação promovido pelas catástrofes, eventos que exigem “de um lado renúncia, de outro, adaptação”²:

A adaptação é [...] paradoxalmente, conservadora e criadora, regressiva e progressiva, o que torna a catástrofe um evento traumático desestruturante e, ao mesmo tempo, estruturante, no sentido da constituição de novas modalidades de satisfação libidinal e de fruição da vida.

É para esta potencialidade advinda da destruição que o título da apresentação do livro parece

apontar na esperança de contribuir numa busca por adaptações e criações possíveis no mundo pós-pandêmico.

As deliciosas “Crônicas de uma pandemia anunciada”, de Renato Tardivo, captam a essência da transformação que atravessou a nossa percepção da temporalidade e dos encontros nos momentos iniciais da pandemia, em particular durante a fase mais perturbadora do *lockdown*. Com uma convidativa narrativa em primeira pessoa, o autor nos leva a uma imersão em sua experiência pessoal com diferentes recortes temporais da pandemia. Experiência com a qual tantos de nós conseguimos nos identificar, e, ao mesmo tempo, cujas particularidades são capazes de despertar estranhamento em quem viveu esse acontecimento coletivo de forma drasticamente diferente. Destaca os paradoxos do primeiro choque ao constatar(mos) a materialidade do vírus. Quando o isolamento é decretado, tornamo-nos, em um só tempo ultraproductivos e ultra-ansiosos, em uma espécie de euforia apavorada, um desamparo esperançoso. Às crônicas, seguem-se as interpelações de Tardivo com relação ao futuro (e presente) da prática clínica após a quebra de paradigmas despertada pela pandemia. Seja por identificação ou estranhamento, o leitor não sai imune de um frutífero estado reflexivo provocado pela escrita potente de Tardivo.

Luiz Fuganti dá sequência às reflexões sobre os efeitos intrapsíquicos dessas transformações a partir da perspectiva inusitada da criança – evocando o devir-criança deleuziano. Propõe uma subversão do olhar temeroso à morte e da inquietude adulta diante do ócio. Fica, ao leitor, o desassossego: diante do cenário semiapocalíptico, conseguiremos apostar na beleza do ócio?

Conseguiremos redirecionar nossas pulsões de forma a tirar proveito meditativo do recolhimento? Fuganti defende que, para que consigamos, é fundamental salvaguardar o lugar da criança e sua força criadora no coletivo. Nesse sentido, as perturbações da vivência do tempo provocadas pela pandemia nos trariam a oportunidade de recuperar a maneira infantil de vivenciá-lo, aquela que abarca as forças criativas e autônomas da nossa existência. Mas será que todos nós nos deparamos com a mesma potencialidade?

Os capítulos seguintes parecem apontar caminhos diante dessa interrogação. Introduzindo uma dimensão psicossocial à discussão, os capítulos assinados por Rita de Cássia de Araújo Almeida, Márcio Dionizio Inácio e Bianca Lopes Saggese exploram aspectos peculiares da crise pandêmica em nosso controverso país tropical: o aprofundamento da crise política brasileira, especialmente no que diz respeito às medidas de combate à pandemia e assistência à população, e a intensificação da polarização da sociedade – já tão discutida nos últimos anos no país, porém agora transbordando de forma incontestável e irrefreável na clínica.

Nessa seara, no terceiro capítulo, Almeida cunha o termo “estupidemia” (p. 41) como forma de sublinhar a estupidez que domina a cena social brasileira de maneira escancarada em meio ao negacionismo científico e à maré de *fake news* que dominam as comunicações cotidianas. Questiona os papéis das “três paixões” (p. 42) do ser, postuladas pelo psicanalista francês Jacques Lacan – ódio, amor e ignorância –, em nosso frágil território de pouquíssima ordem e ainda menos progresso diante do tsunami de afetos despertados pela crise generalizada. Diante da estupidez cega que tanto tem fomentado os discursos de ódio, seria possível alimentar, como contraponto, a ignorância que promove o desejo de saber, como maneira de superarmos os desafios impostos pela crise sanitária, política, social – e, por que não, psíquica?

Inácio, por sua vez, contrapõe-se à máxima que tanto ecoou nos períodos mais críticos da

1 D. Kupermann, Por que Ferenczi? p. 14.

2 D. Kupermann, “A catástrofe e seus destinos: os negacionismos e o efeito vivificante do ‘bom ar’”, in *Psicanálise e vida covidiana: desamparo coletivo, experiência individual*, p. 144.

Mariana Toledo é psicanalista, bacharel em Letras (FFLCH-USP) e Mestranda em Psicologia Clínica (psiA/IP-USP). Coordenadora do Grupo Freud de Pesquisa em Clínica Psicanalítica, membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi e membro acadêmico do Departamento de Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

pandemia: *fique em casa*. “Em que casa? Em quais condições?” (p. 55) interpela. Através de seis vinhetas de sua experiência como psicólogo atuante em um CRAS, apresenta-nos a realidade menos debatida pelo *senso comum pandêmico*, por assim dizer. Se, para muitos uma das principais angústias decorrentes da pandemia fora a impossibilidade de deixar seu lar, para Inácio e as pessoas de seu entorno, profissionais e usuários dos equipamentos de saúde pública, o drama era o oposto: a vulnerabilidade extrema por não ter a opção de refugiar-se em casa. Seus potentes relatos escancararam o quanto os abismos sociais do país foram exacerbados pelas mazelas decorrentes da crise.

Mantendo o tom dos questionamentos atravessados pela vulnerabilidade social, tão escancarada e esgarçada pela pandemia, Saggese aborda uma questão de suma importância para o contexto brasileiro: o aumento dos índices de violência doméstica contra a mulher durante a pandemia. O Brasil é o quinto país com maior índice de violência contra a mulher³. Na pandemia, não apenas o índice geral se elevou, mas o atendimento às vítimas ficou prejudicado. A autora traz uma leitura bem fundamentada das causas e interseções desse contexto, avaliando também possíveis frentes de atuação para enfrentar o problema.

Ainda articulando psicologia e sociologia, Diniz e Goldstein colocam em xeque a lógica dominante da excessiva medicalização e patologização do sofrimento no campo da *saúde mental*, termo também questionado. Se há cenário propício para pensarmos esta questão, a pandemia da covid-19 decerto é um: todos adoecemos, inclusive os que ocupam posições de cuidado e atenção ao bem-estar. E como poderia ser diferente no sórdido cenário brasileiro? As autoras aproveitam o contexto para questionar uma psicologia de “racionalidade positivista, de base eurocêntrica, branca, patriarcal, com seu modelo de família nuclear burguesa” (p. 100) que predomina no país. Percorrendo sua experiência com o Coletivo Nós, do qual participam como parte do grupo de psicólogas que ofereceram, durante a pandemia, atendimento online a profissionais

da rede pública de ensino a partir de uma “lógica comunitária e de mutualidade” (p.103), Diniz e Goldstein constroem argumentos em prol de uma “psicologia que pensa a saúde como fenômeno multideterminado, em movimento incessante e instável” (p. 103), indicando que não há saída fácil para este sofrimento generalizado. Lembram-nos que “a medicalização da vida cria ficções socialmente convenientes” (p. 109) e é improvável não pensarmos na potência avassaladora do cenário em que nos encontramos.

Já Ilana Katz nos convida a um olhar à infância e ao que podemos aprender com as vivências das crianças no contexto pandêmico. A autora nos traz a dimensão daquilo que nos fora denunciado pelas crianças com relação às profundas rupturas causadas pela pandemia, convocando nosso próprio núcleo infantil. Tal qual a criança da fábula de Voltolini que denuncia a nudez do rei, Katz argumenta que “a escuta das crianças e dos discursos que se produziram sobre as infâncias em pandemia acendeu o debate sobre o tempo que se vive, e sobre o que se deseja viver” (p. 130). Para tanto, a autora traz para o debate questões de alternância e alteridade, interrompidas pelo isolamento social e fechamento das escolas; os efeitos da imersão da criança em uma vivência intermediada pela tecnologia, de maneira tão acelerada e implacável no mundo pandêmico; e as múltiplas *infâncias* presentes no cenário brasileiro – marcado pela segregação e pelos abismos sociais – assim como sua patologização avassaladora.

Do universo da criança em pleno processo de constituição subjetiva, invadido pelos efeitos da pandemia, passamos a uma reflexão sobre a adolescência e juventude promovida por Pérola Lozano T. de Carvalho. A autora traz fragmentos de diálogos com adolescentes e jovens sobre como foram afetados pela pandemia, explorando saídas possíveis para as angústias vividas no desenvolvimento de seu senso de si em meio a esse contexto. Frisa algo que nomeia de “diferentes pandemias” (p. 146), abordando os fatores micro e macrosociais diversos presentes no cenário e mantendo-se em diálogo com os autores

que anteriormente trouxeram à baila o aspecto da pluralidade de vivências. Destaca uma reflexão cujos desdobramentos ainda estamos assimilando no contexto pós-pandêmico: como esses jovens que, em plena fase de estruturação de sua subjetividade, conquista de um lugar ao sol, construção de uma posição no mundo e idealização de sentidos e significados possíveis para a vida, conseguiram – ou conseguirão – atravessar todos esses processos, tão profundos e desafiadores, após terem sido atropelados pelas marcas profundas de desesperança, desamparo, medo e insegurança promovidas pela pandemia?

Pensar a vivência adolescente é pensar em lutos; com a covid-19, nos deparamos com lutos impossibilitados, atravancados, estancados. Falamos dos lutos simbólicos (de uma infância que se perdeu, de uma posição subjetiva, de um ideal), mas também nos vimos confrontados com a impossibilidade de fazer lutos concretos. É sobre lutos que Flávia Andrade Almeida nos interpela no capítulo seguinte. Mais precisamente, sobre os rituais – ou a impossibilidade de realizá-los – que fazem parte do processo de elaboração da perda de um ente querido. Se já vimos o quanto o terror, a ameaça constante de morte, a pressão do negacionismo e o caos sociopolítico se embrenharam pelas vidas de toda a população de forma avassaladora, a interdição do processo de luto em meio a tantas perdas é, decerto, um dos fatores que mais geraram adoecimento psíquico. Almeida propõe uma revisão da teoria do luto em diálogo com experiências reais de morte testemunhadas por ela na instituição de saúde em que atua como psicóloga.

Com Almeida, somos lembrados da definição freudiana do processo de luto e da necessidade de simbolização da perda, um trabalho psíquico no qual os rituais de despedida desempenham papel essencial em nossa cultura. “Nesse sentido, está envolvido no processo um repertório que pode ser extenso e variável de rituais de despedida: é necessário o prantear, a consternação,

a visualização da face sem vida daquele que se foi” (p. 167). Tais rituais foram severamente prejudicados, não apenas pelos protocolos sanitários necessários, que impediam a realização de velórios e enterros com familiares presentes, mas também pela negação das autoridades governamentais em até mesmo lamentar em público as tantas vidas perdidas.

Na esteira dessa reflexão sobre as dimensões psíquicas e políticas do luto, passamos para uma provocação sobre direito e acesso a determinados modos de vida na cidade, apresentada por Martha Lemos e articulada a interpelações sobre a clínica. Lemos sublinha a essência excludente e discriminatória sobre a qual as cidades são construídas, reproduzindo, inclusive, modelos de colonização e exploração das camadas mais vulnerabilizadas pelo próprio sistema sob o qual as cidades operam – tudo sustentado pelo Estado. O contexto de pandemia, reflete a autora, apenas intensificou os mecanismos de silenciamentos, violências e exclusão já existentes. Assim, Lemos defende “uma clínica coletiva e [...] saúde mental com responsabilidade cidadã, compromisso ético e multidisciplinaridade” (p. 185), e destaca a importância do apoio psicológico como parte integral dos cuidados oferecidos pelo Estado no contexto da covid. A autora nos convoca a pensar em uma clínica que respeite e acolha os mais diversos modos de existir – o que exigiria revisão constante de padrões já estabelecidos no campo da saúde mental –, sintonizada com os fundamentos do direito à cidade, ao coletivo e à pluralidade social e orientada pela noção indígena do “bem viver” (p. 188), que Lemos articula de maneira interessante com a prática clínica e suas potencialidades na vida individual e coletiva. Somos instigados a refletir sobre a relação dialética que pode ser estabelecida entre clínica e coletivo e o papel que podemos desempenhar para que isso aconteça.

Diante de questões sobre a saúde mental na vivência coletiva e nos aparatos do Estado, é impossível não falar do papel central das políticas públicas. Este é o tema que Pineda nos apresenta na parte final da coletânea de ensaios.

3 <https://portal.unit.br/blog/noticias/brasil-ocupa-o-5o-lugar-no-rankin-g-da-violencia-contra-a-mulher/>

Com uma introdução que vai direto ao ponto, a autora cita medidas estarrecedoras aprovadas pelo nosso poder público em meio ao caos pandêmico: o congelamento do teto de gastos, a Reforma da Previdência, assim como a ação desastrosa – intencionalmente desastrosa, como ela bem pontua – na resposta das autoridades à covid-19. Diante do pandemônio sociopolítico e sanitário que vitimiza, conforme sublinha Pineda, as camadas mais pobres da população brasileira, a sanidade mental do brasileiro também sofreu o baque, para além de todos os riscos à saúde física. A autora defende que o coletivo, em especial o campo das políticas públicas, desempenha um papel importante para que sofrimentos individuais encontrem acolhimento e elaboração. Afinal, já vimos o quanto o Estado é parte integrante do ambiente que ronda o sujeito, podendo desempenhar o papel de amparo e continência ou de promoção de “retraumatismos”.

Assim, Pineda nos convida para um percurso pelas principais políticas públicas do contexto brasileiro – assistência social e saúde pública – de forma a identificarmos e pensarmos o papel da psicologia na elaboração e concepção de políticas eficazes. Traz às páginas uma questão que atravessa a vasta maioria dos profissionais de saúde mental que atuam em equipamentos públicos: o que se pode, de fato, realizar nesses espaços? Pineda fala como uma psicóloga que atua no CRAS, e sua pergunta norteadora vai muito além de questionar o que caberia ou não a um psicólogo desempenhar no âmbito da assistência social, ela vai tensionar aquilo que é da ordem da teoria – o que se idealiza e planeja para o funcionamento desses serviços – com a experiência real do dia a dia.

Com Luís Fernando de Oliveira Saraiva, na penúltima interpelação do livro, direcionamos mais uma vez nosso olhar ao atendimento clínico. Saraiva apresenta uma revisão histórica da modalidade de atendimento online no país e levanta questões cruciais sobre a prática sobre as quais não tivemos tempo de refletir antes de aderir à modalidade de forma a dar continuidade ao

trabalho clínico na pandemia. Propõe uma reflexão sobre “os desafios ético-clínico-políticos vivenciados por psicólogos durante a pandemia” (p. 225) – tanto aqueles impostos aos clínicos quanto aqueles produzidos por eles. Sua provocação perpassa alguns dos questionamentos e angústias vividos por psicólogos no início da pandemia, como a real viabilidade de uma psicoterapia online e as diferenças entre esta modalidade e o atendimento presencial, apresentando uma crítica contundente à maneira como alguns profissionais e instituições parecem distinguir ambos os formatos de atendimento e à concepção inicial (nos primeiros momentos da pandemia), extremamente idealizada, sobre como o psicólogo deveria conduzir um trabalho online. O capítulo é um respiro para que possamos pensar a realidade dos novos paradigmas da prática clínica com os quais nos deparamos desde que aprendemos o nome de uma doença denominada covid-19.

Por fim, Helena Rego Monteiro nos traz a luz do “sol de primavera” (p. 247) ao colocar em pauta as possibilidades de inventarmos um fazer clínico que responda à realidade despertada pelo contexto pandêmico, sobretudo no que diz respeito à preocupante patologização e medicalização do sofrimento na pandemia, capitalizados pela ampla oferta de *terapia online*. Sublinha a importância do fortalecimento coletivo de profissionais *psi*: das trocas, do compartilhamento de angústias e do amparo mútuo – afinal, foram afetados pelas dores, tristezas e medos desse cenário de caos tanto quanto seus pacientes.

Passados pouco mais de três anos desde o fatídico dia em que a crise sanitária e o isolamento social foram decretados no Brasil, talvez possamos nos ater às indagações levantadas por cada um dos autores de maneira menos atravessada pela turbulência da crise, com maiores possibilidades de reflexão crítica e construção de novos saberes. É uma rica leitura para que continuemos inventando fruições possíveis desta nova vida que surge após tantos lutos, vividos ou não, em decorrência da pandemia da covid-19.